



C A P Í T U L O 4

A utilização do Software “Google Docs” com alunos surdos/mudos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.253152513104>

Eliana Alves Miguel Angélica Florentino de Oliveira

Elaine Alves Da Silva Eloizinalda Batista Nunes da Cunha

Gabrielle Luzes Galvão Maria Aparecida da Silva Moura

Márcia Lima Ribeiro Valdirene Polassi Gonçalves Kaliandra da Silva Tosse

Juliana Costa Whathier dos Santos

Tânia Fernandes Zenilde Vieira dos Santos

INTRODUÇÃO

A educação especial é um campo de conhecimento e de prática pedagógica que visa garantir o direito à educação de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A educação inclusiva é um princípio que orienta a organização dos sistemas educacionais para atender à diversidade dos estudantes, respeitando suas características, potencialidades e necessidades de aprendizagem. Nesse contexto, os alunos surdos são um grupo que demanda uma atenção específica, pois possuem uma língua e uma cultura próprias, que devem ser reconhecidas e valorizadas na escola.

Uma das formas de promover a inclusão de estudantes surdos/mudos na educação é o uso de recursos didáticos que favoreçam a comunicação e a interação entre eles e os demais membros da comunidade escolar. Esses recursos podem ser materiais impressos, jogos, vídeos, softwares, entre outros. Além disso, os recursos didáticos devem estimular o desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e afetivo dos surdos, bem como sua autonomia e participação nas atividades escolares.

Neste trabalho, demonstraremos como algumas ferramentas do software Google Docs podem ser essenciais no desenvolvimento de atividades pedagógicas com alunos surdos/mudos, destacando as vantagens e desvantagens desse software para esse público-alvo.

LEGISLAÇÃO

A educação especial e a educação inclusiva são modalidades de ensino que visam garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular.

Existem diversas leis que dão amparo a essas modalidades, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Essas leis estabelecem os princípios, as diretrizes e as normas para a organização e o funcionamento da educação especial e inclusiva no Brasil, bem como os direitos e os deveres dos profissionais da educação, dos gestores públicos, das famílias e dos estudantes envolvidos.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

O conceito de educação especial está fundamentado na ideia de que todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, têm o direito de acesso à educação de qualidade. A educação especial busca garantir esse direito, oferecendo um ensino que seja adequado às necessidades específicas de cada aluno. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Art. 58. Define educação especial como:

A modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º. A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida. (BRASIL, 1996, p.40)

Assim, a educação especial no Brasil pode ser dividida em quatro fases principais: a fase da exclusão, a fase da integração, a fase da inclusão e a fase da educação

bilíngue para surdos. Cada uma dessas fases reflete as concepções e as políticas públicas sobre a educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ao longo do tempo.

Na primeira fase, que é denominada como a fase da exclusão, no qual começa no período colonial e vai até meados do século XX, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, anormais ou indesejáveis, e ficavam à margem da sociedade e da escolarização. Nessa fase, predominavam as iniciativas assistencialistas e filantrópicas, geralmente ligadas a instituições religiosas, que ofereciam algum tipo de atendimento educacional especializado, mas sem articulação com o sistema regular de ensino.

Já na fase da integração, que se inicia na década de 1950 e se estende até a década de 1980, as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos e cidadania, e surge a ideia de que elas devem ser integradas à sociedade e à escola regular. Nessa fase, são criadas as classes especiais, os serviços de apoio pedagógico especializado e os centros de atendimento educacional especializado, que funcionam como complemento ou suplemento da educação regular. No entanto, a integração ainda depende da adaptação das pessoas com deficiência aos padrões normativos da sociedade e da escola.

A fase da inclusão se inicia na década de 1990 e se consolida na primeira década do século XXI, período em que as pessoas com deficiência passam a ser valorizadas na sua diversidade e singularidade, e defende-se que elas devem ser incluídas na escola regular sem condições prévias ou restrições. Nessa fase, são implementadas as salas de recursos multifuncionais, os professores de atendimento educacional especializado e os planos de desenvolvimento individualizado, que visam garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem das pessoas com deficiência na educação regular. Além disso, são elaboradas diretrizes e normativas nacionais que orientam a política de educação inclusiva no Brasil.

Na fase da educação bilíngue para surdos, que se inicia na segunda década do século XXI, as pessoas surdas passam a ser reconhecidas como pertencentes a uma comunidade linguística e cultural minoritária, e reivindicam o direito à educação bilíngue em língua brasileira de sinais (Libras) e língua portuguesa. Nessa fase, são criadas as escolas bilíngues para surdos/mudos, os professores bilíngues de Libras e língua portuguesa escrita e os tradutores/intérpretes de Libras, que visam garantir

o desenvolvimento linguístico, cognitivo, afetivo e social das pessoas surdas na educação regular. Além disso, são elaboradas diretrizes e normativas específicas que orientam a política de educação bilíngue para surdos no Brasil.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação inclusiva é um conceito que defende o direito de todos os alunos de participarem de forma plena e igualitária do processo educacional, respeitando suas diferenças e necessidades. Educação inclusiva não se refere apenas à inclusão de pessoas com deficiência, mas também de outros grupos que enfrentam barreiras para o acesso e a permanência na escola, como indígenas, quilombolas, migrantes, entre outros. Assim

O paradigma da inclusão perpassa pela compreensão de práticas de significação que se estabelecem nas relações diferenciais entre grupos indenitários no espaço escolar, de tal forma que suas identidades sejam reconhecidas a partir de mudanças produzidas nas relações estabelecidas nesses contextos. Assim, para que haja inclusão, tornam-se necessárias relações de identificação entre os sujeitos. Não se trata somente da presença ou da tolerância da diferença, mas daquilo que se estabelece entre elas. (SILVA, 2022, p.9).

Dessa forma, um dos principais benefícios da educação inclusiva é promover a diversidade e o respeito às diferenças, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, a educação inclusiva favorece o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de todos os alunos, estimulando a cooperação, a criatividade e a autonomia. A educação inclusiva também é um direito humano garantido por diversas leis e documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Para que a educação inclusiva se torne uma realidade, é preciso que haja uma mudança de paradigma na forma de conceber e organizar o sistema educacional. É necessário que as escolas se adaptem às características e demandas dos alunos, oferecendo um currículo flexível, uma metodologia diversificada, recursos pedagógicos adequados e um ambiente acolhedor e seguro. De acordo com

Para a inclusão do surdo no ambiente escolar, a instituição precisa buscar formas de organização do espaço educacional. Isso envolve desde mudanças físicas estruturais, como a sala de aula e outros ambientes, até mudanças pedagógicas. Essas mudanças requerem o apoio da estrutura oficial da escola (coordenação, direção, secretaria de educação) e, principalmente, dos professores, todos comprometidos para que o educando surdo tenha acesso a todas as informações e se sinta confortável em frequentá-la. (SALES et al, 2023, p. 5).

Nesse sentido, também é fundamental que os professores recebam formação continuada e apoio especializado para atender às especificidades dos alunos. Além disso, é importante que haja uma articulação entre a escola, a família e a comunidade, visando à construção de uma rede de apoio e participação.

UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE “GOOGLE DOCS” COM ALUNOS SURDOS/MUDOS

Os softwares educativos são ferramentas que podem auxiliar os professores e os alunos no processo de ensino-aprendizagem, oferecendo recursos interativos, lúdicos e personalizados. Eles podem ser usados em sala de aula para complementar as atividades pedagógicas, estimular a participação dos estudantes, desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais, e facilitar a avaliação e o feedback.

Os softwares educativos também podem contribuir para a inclusão digital e a democratização do acesso à informação e ao conhecimento, pois “A tecnologia permite ao aluno surdo, o acesso aos textos multimodais e, que tornam os materiais mais didáticos e atrativos e de melhor compreensão, permitindo-os também construir seus próprios textos”, (SOUZA, 2023, p.19).

Nessa perspectiva, escolhemos o *Google Docs* para desenvolver nossa pesquisa, pois o mesmo é um software online que permite criar, editar e compartilhar documentos de texto, planilhas, apresentações e formulários. Ele pode ser uma ferramenta facilitadora para auxiliar os educadores a desenvolver atividades pedagógicas com alunos surdos/mudos, mas também apresenta algumas vantagens e desvantagens.

VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DO GOOGLE DOCS:

- **Acessibilidade:** O *Google Docs* é um software acessível que pode ser usado por pessoas com deficiência auditiva ou visual. O texto pode ser facilmente ampliado ou reduzido, e há recursos de acessibilidade integrados, como legendas e transcrições.
- **Interatividade:** O *Google Docs* é uma ferramenta interativa que pode tornar o aprendizado mais envolvente e motivador. Os alunos podem usar o *Google Docs* para criar documentos, apresentações, planilhas e outros tipos de conteúdo.

- Personalização: *O Google Docs* é uma ferramenta personalizável que pode ser adaptada às necessidades individuais dos alunos. Os alunos podem usar *o Google Docs* para criar seus próprios materiais de aprendizagem, adicionar imagens, vídeos e outros recursos.

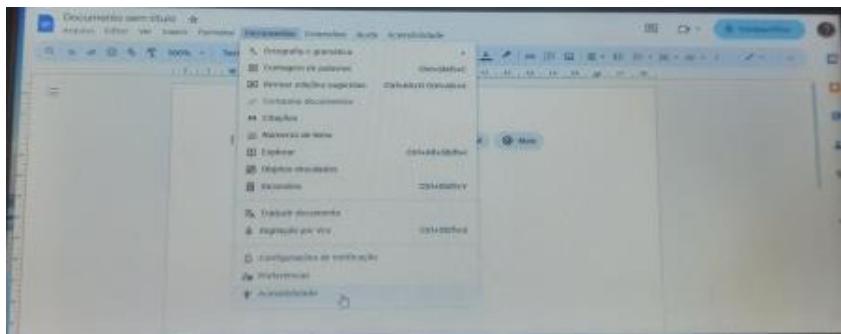


Figura 1: Google Docs>Ferramentas>Acessibilidade

Fonte: Dados da Pesquisa da autora.

Na figura acima destacamos que, uma das funcionalidades do *Google Docs* é a Acessibilidade, ela que permite que usuários com deficiência tenham mais facilidade para usar o aplicativo. Para acessar essa funcionalidade, basta clicar no ícone Ferramentas e selecionar Acessibilidade. Neste ícone é possível configurar opções como leitor de tela, ampliação de texto, legendas, transcrições, contraste de cores e muito mais. Nesse contexto, essas ferramentas são fundamentais para auxiliar alunos surdos/mudos na compreensão e desenvolvimento de diversas atividades em sala de aula e também em outros ambientes.

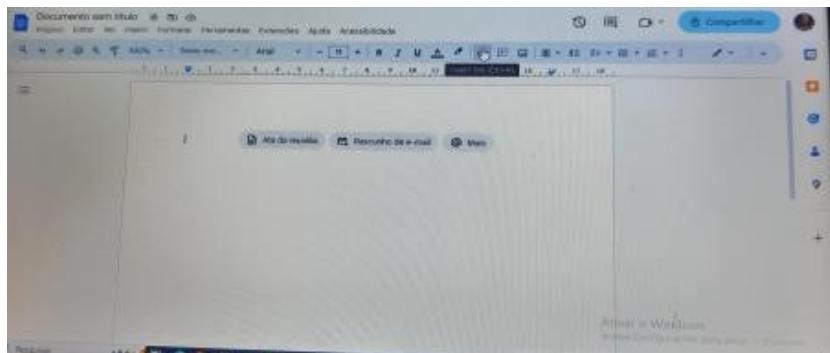


Figura 2: Google Docs>Inserir >link do vídeo no texto

Fonte: Dados da Pesquisa da autora

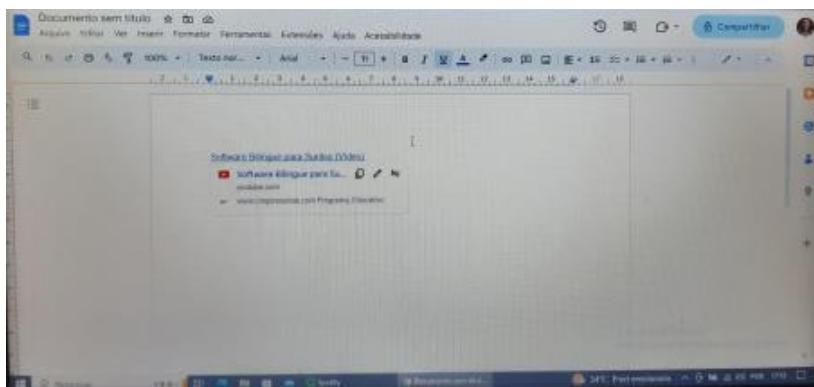


Figura 3: Google Docs>inserir >link do vídeo no texto

Fonte: Dados da Pesquisa da autora

As figuras 2 e 3, demonstram que a utilização da ferramenta de inserir link e vídeos no texto é uma forma de tornar os conteúdos mais acessíveis e inclusivos para alunos surdos/mudos. Essa ferramenta permite que os professores e os alunos possam compartilhar vídeos com legendas, interpretação em Libras ou outras formas de comunicação visual que facilitem o entendimento dos temas abordados. Assim, os alunos surdos/mudos podem ter mais autonomia na participação das atividades escolares, além de desenvolverem suas habilidades linguísticas e cognitivas.

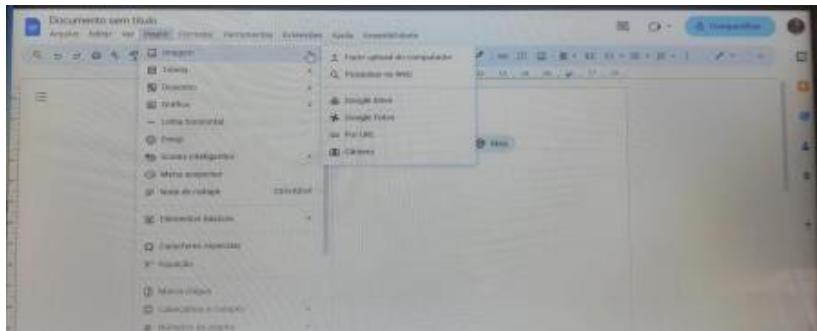


Figura 4: Google Docs>Inserir> Imagem no texto

Fonte: Dados da Pesquisa da autora

Conforme apresentado na figura 4, a ferramenta de inserir imagem no texto no *Google Docs* é uma funcionalidade que permite aos usuários adicionar imagens relacionadas ao conteúdo do documento. Essa ferramenta pode ser útil para alunos surdos/mudos, pois facilita a compreensão e a expressão de ideias por meio de recursos visuais. Além disso, esta ferramenta pode estimular a criatividade, a interação e o aprendizado dos alunos surdos/mudos, tornando os textos mais atrativos e acessíveis.

DESVANTAGENS NA UTILIZAÇÃO DO GOOGLE DOCS:

O *Google Docs* depende de uma conexão estável à internet, sendo assim, o uso dessa ferramenta seria impossibilitado em locais com baixa cobertura ou problemas de rede. Esse software é capaz de apresentar problemas de compatibilidade com alguns formatos de arquivos, o que pode dificultar a visualização ou a edição dos documentos pelos alunos ou professores. Outro ponto são as questões de privacidade e segurança dos dados, uma vez que os documentos ficam armazenados nos servidores do Google e podem ser acessados por terceiros não autorizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial no Brasil é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que estabelece a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. No entanto, ainda há muitos desafios para

que esse direito se torne uma realidade efetiva, como a falta de infraestrutura, de recursos pedagógicos, de formação docente e de acessibilidade comunicacional.

Nesse contexto, o software *Google Docs* pode ser uma ferramenta importante para auxiliar alunos surdos/mudos a desenvolverem suas atividades escolares, pois permitem a interação entre os estudantes e os professores por meio de diferentes recursos, como o chat, o comentário, a edição colaborativa e a tradução automática, entre outros. Além disso, o *Google Docs* facilita a produção e o compartilhamento de textos escritos contendo vídeos e imagens, que são essenciais para o desenvolvimento da comunicação e do pensamento dos alunos surdos/mudos.

Portanto, pode-se concluir que a educação especial no Brasil ainda precisa avançar muito para garantir a inclusão e a qualidade de ensino para todos os alunos, mas que o software *Google Docs* pode contribuir para esse processo, oferecendo possibilidades de comunicação, colaboração e aprendizagem para os alunos surdos/mudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

SALES, L. de S, et al. *Uso de softwares como ferramenta de apoio a aprendizagem matemática de alunos surdos: uma revisão da literatura*. Revista Triângulo, Uberaba - MG, v. 16, n. 2, p. 58-77, 2023. DOI: 10.18554/rt.v16i2.6942. Disponível em: <https://seer.ufsm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/6942> Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVA, G. E. G. da. *Educação Inclusiva e acessibilidade*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Tecnologia Educacional, 2020.

SOUZA, Wanderson da Silva et al. *Software VLIBRAS como recurso pedagógico para auxiliar o processo de ensino aprendizagem em sala de aula*. 2023. Disponível em <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/2948> Acessado em 15 de novembro 2023.